

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias vimos submeter à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício que terminou em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 30 de Abril de 2011. A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM MILHARES DE REAIS

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	10.714	7.766	11.340
Contas a receber (Nota 9)	270.400	263.373	231.648
Estoques (Nota 10)	267.277	288.521	350.762
Tributos a recuperar (Nota 11)	10.710	4.879	3.407
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	47.252
Outros ativos	24.184	24.133	24.687
	583.285	588.672	669.096
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Sociedades ligadas (Nota 27)	12.007	37.496	34.340
Tributos a recuperar (Nota 11)	176.227	162.251	128.503
Financiamentos para colaboradores	12.897	15.509	14.000
Depósitos judiciais (Nota 26)	21.586	15.258	16.841
Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 17)	6.227	3.227	1.592
Outros ativos	3.117	498	498
	232.061	234.239	195.774
Investimentos (Nota 12)	39.299	33.317	32.881
Imobilizado (Nota 13)	180.855	195.517	210.670
Intangível (Nota 14)	862	1.443	2.477
	221.016	230.277	246.028
	453.077	464.516	441.802
TOTAL DO ATIVO	1.036.362	1.053.188	1.110.898

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

	Capital social integralizado	Reserva de capital	Reserva de Lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Juros/s/capital próprio/Dividendos adicionais propostos	Reserva de retenção		
Em 1º de janeiro de 2009	255.769	12.383	-	9.355	(65.404)	212.103
Realização reserva especial Lei nº 8.200/91	-	(967)	-	-	-	(967)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	16.516	16.516
Juros sobre o capital próprio (Nota 19 (e))	-	-	8.015	-	(8.015)	-
Em 31 de dezembro de 2009	255.769	11.416	-	9.355	(56.903)	227.637
Realização reserva especial Lei nº 8.200/91	-	(962)	-	-	-	(962)
Juros s/ capital próprio de 2009 - aprovado em AGE datada em 05/10/2010 (Nota 19 (e))	-	-	(8.015)	-	-	(8.015)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	171.897	171.897
Destruição do lucro	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	9.578	(9.578)	-
Juros/s/capital próprio (Nota 19 (e))	-	-	3.564	-	(12.339)	(8.775)
Dividendos adicionais propostos (Nota 19 (f))	-	-	78.654	-	(78.654)	-
Retenção de lucros	-	-	-	14.423	(14.423)	-
Em 31 de dezembro de 2010	255.769	10.454	82.218	14.423	18.933	381.797

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

1. Informações gerais
A Novartis Biociências S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. Sua controladora em última instância é a Novartis Pharma AG e, em conjunto com as sociedades controladas, compartilha as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a fabricação e comercialização de medicamentos alopatóicos para uso humano.

2. Resumo das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de apresentação e preparação
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor exceto por certos ativos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia aplica a isenção de demonstrações consolidadas descrita no CPC36 e, assim sendo, não apresentará as demonstrações contábeis consolidadas, uma vez que a controladora final disponibiliza ao público suas demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 30 de abril de 2011.

2.2. Conversão de moeda estrangeira
(a) Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados, usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos
As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com liquidez imediata e risco insignificante na mudança de seu valor justo.

2.4. Ativos financeiros
2.4.1. Classificação
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge (proteção). Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de cliente", "demais contas a receber" e "equivalentes de caixa".

2.4.2. Reconhecimento e mensuração
As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros são reconhecidos para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrerem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.4.3.

2.4.3. Impairment de ativos financeiros
Ativos mensurados ao custo amortizado
A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão deteriorados. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estão deteriorados se os prejuízos de *impairment* não foram revertidos se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimados de maneira confiável.

2.5. Instrumentos financeiros derivativos
Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a contabilidade de hedge (*hedge accounting*). O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 8.

2.6. Contas a receber de clientes
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia) as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor futuro, ajustado pela *provisão para impairment*, se necessária.

2.7. Estoques
Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.8. Imobilizado
Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, escritórios e parte industrial. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO EM MILHARES DE REAIS, EXCETO O LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

	2010	2009
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS (Nota 20)	1.887.071	1.753.442
Custo dos produtos vendidos	(1.040.539)	(1.142.814)
LUCRO BRUTO	846.532	610.628
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Com vendas	(390.849)	(441.998)
Gerais e administrativas (Nota 23)	(253.672)	(201.772)
Outras perdas líquidas (Nota 21)	(25.291)	(134.442)
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 22)	65.881	29.893
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E DO RESULTADO FINANCEIRO	242.601	(137.691)
Receitas financeiras (Nota 24)	19.765	182.618
Despesas financeiras (Nota 24)	(23.252)	(25.396)
RESULTADO FINANCEIRO	(3.487)	157.222
Participação nos lucros de controlada (Nota 12)	5.982	436
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	245.096	19.967
Imposto de renda e contribuição social (Nota 25)	(76.199)	(5.086)
Diferido	3.000	1.635
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	171.897	16.516

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - EM MILHARES DE REAIS

	2010	2009
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	171.897	16.516

OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE Realização reserva especial Lei no 8.200/91

	2010	2009
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	172.859	17.483

2.21. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida com um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado, dado em substância representar reduções da alíquota dos tributos.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes podem ser diferentes dos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre o lucro e contribuição social. A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos serão devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Valor justo de derivativos

Os instrumentos derivativos financeiros ativamente negociados em mercados organizados, seu valor justo é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de encerramento das demonstrações financeiras.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de prelo), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

4.2. Risco de crédito

A gestão de risco é realizada pelo departamento de operações financeiras da Companhia, segundo as políticas globais aprovadas pela matriz. O departamento financeiro identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A matriz estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais faturados ou aumentam valores captados no mercado.

A Companhia tem compromissos de compras, bem como parte da receita de vendas em moeda estrangeira. Em complemento a este *hedge* natural, a Companhia contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e 1º de janeiro de 2009, a Companhia tinha ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
	Moeda estrangeira	Moeda estrangeira	Moeda estrangeira
	Reais	Reais	Reais
Ativo			
Contas a receber - US\$	17.992	30.122	14.450
Contas a receber - CHF	50	89	-
Adiantamento fornecedores estrangeiros - US\$	-	-	1
Adiantamento fornecedores estrangeiros - €	252	557	131
Adiantamento fornecedores estrangeiros - CHF	-	-	4
Passivo			
Fornecedores em US\$	54.887	96.451	179.311
Fornecedores em GBP	1	2	-
Fornecedores em €	537	1.189	584
Fornecedores em CHF	99	177	1
Empréstimos em US\$	120.000	210.496	120.000
Exposição líquida	(277.547)	(506.666)	(649.381)

(ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, monitorando continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de crédito

A Novartis administra o risco de crédito de forma corporativa. Todos os clientes da Companhia são submetidos a criteriosas e regulares análises de crédito. A mitigação do risco de crédito é amparada por diferentes tipos de ações, tais como análises de balanço, informações extraídas de agências de risco, bancos e concorrentes, acompanhamento do histórico de pagamentos e visitas de crédito. A Companhia conta ainda com o amparo da área Comercial, responsável por ressaltar o envolvimento de clientes-chave em projetos comerciais e de *marketing*, antecipando eventuais demandas por maior conhecimento de crédito.

A concessão de crédito é feita por um comitê composto por profissionais de crédito, gerentes financeiros, além do diretor financeiro e do presidente. As decisões são tomadas conforme valores envolvidos. Eventuais exposições acima dos limites de crédito também são analisadas pelo mesmo comitê.

(c) Risco de liquidez

O risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez da caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - EM MILHARES DE REAIS

	2010	2009
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	245.096	19.967
Ajustes		
Depreciação e amortização	36.751	34.475
Valor residual do ativo imobilizado baixado	12	1.863
Provisão/reversão de contingências	4.359	13.322
Outras provisões	1.812	27.894
Resultado da equivalência patrimonial	(5.982)	(4.936)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	12.172	(51.245)
Geração de caixa	294.054	45.639
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(7.027)	(31.725)
Estoques	21.244	(62.241)
Tributos a recuperar	(10.173)	(31.298)
Operações com derivativos	(21.332)	72.039
Outros ativos	18.141	(3.495)
Fornecedores	29.400	(15.786)
Salários e encargos sociais	11.514	3.079
Juros a pagar	1.502	3.019
Outros passivos	(195)	10.534

CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES

Imposto de renda e contribuição social pagos (85.833) (9.009)

CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

251.295 120.048

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangíveis (21.520) (19.951)

CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Partes relacionadas (216.422) (79.648)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Juros pagos sobre empréstimos (21.566) (24.023)

CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

2.948 (3.574)

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (NOTA 7)

7.766 11.340

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO (NOTA 7)

10.714 7.766

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 - EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

com obtenção de regime especial, revisão de operações geradoras de crédito e autorização para venda de créditos a terceiros.

12. Investimentos em controladas

Informações sobre investidas

Nome	País	Ações/cotas possuídas milhars	Participação societária - %
Novartis Saúde Animal Ltda.	Brasil	50.747	99,99
Novartis Consumer Health Ltda.	Brasil	10.010	99,99

13. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações
Saldos em 1 de janeiro de 2009	7.236	80.273	79.285
Aquisição	-	244	2.059
Provisões	-	-	92
Alienação	-	(230)	(1.287)
Transf. entre contas do imobilizado	-	1.030	6.702
Depreciação do ano	-	(7.194)	(24.323)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	7.236	74.123	62.528
Custo total	7.236	183.504	204.868
Depreciação acumulada	-	(109.381)	(142.340)
Valor residual	7.236	74.123	62.528
Saldos em 31 de dezembro de 2009	7.236	74.123	62.528
Aquisição	-	1.161	6.287
Provisões	(1.017)	-	-
Alienação	-	-	(2)
Transf. entre contas do imobilizado	-	20.015	9.325
Depreciação do ano	-	(8.143)	(25.405)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	6.219	87.156	52.735
Custo total	6.219	204.679	220.360
Depreciação acumulada	-	(117.523)	(167.625)
Valor residual	6.219	87.156	52.735

(a) Revisão e ajuste da vida útil estimada
Em 2010 a Companhia contratou uma empresa especializada no mercado para revisão dos bens do ativo imobilizado. A Companhia recebeu o laudo dessa empresa em dezembro de 2010 e refletiu os ajustes prospectivamente.

(b) Outras informações
A depreciação e amortização do período, alocada ao custo de produção e às despesas, monta a R\$ 36.011 em 2010 e R\$ 33.315 em 2009. Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de financiamentos e pagamentos de tributos, no valor de R\$ 292 mil.

14. Intangível - Softwares adquiridos

	Total
Custos em 31 de janeiro de 2009	2.477
Aquisição	126
Amortização do ano	(1.160)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.443
Custo total	11.197
Amortização acumulada	(9.754)
Valor residual	1.443
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.443
Aquisição	159
Amortização do ano	(740)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	862
Custo total	11.354
Amortização acumulada	(10.492)
Valor residual	862
Vida útil - anos	3-5

15. Empréstimos

	Taxa anual de juros e comissões - % a.a. (*)	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Moeda estrangeira (eurobônus)	10	142.182	148.583	199.424
US\$ 80.000	10	68.314	71.389	95.617
US\$ 40.000	10	-	-	-
Empréstimo em moeda nacional (BNDES)	7	28.033	-	-
		238.529	219.972	295.241
Circulante	-	(38.585)	(11.028)	(14.801)
Não circulante	-	199.944	208.944	280.440

(*) Os montantes a longo prazo incluem o valor do bemecimento integral em 2010. Os juros dos financiamentos são pagos anualmente. A Companhia possui empréstimo junto ao BNDES com vencimento integral em dezembro de 2011, o contrato tem por finalidade o financiamento de produção de exportação em moeda estrangeira, com cláusulas default habituais para estes tipos de operações e que, senão atendidas podem fazer com que seus vencimentos sejam antecipados. Além de incurrir uma multa através de notificação judicial ou extrajudicial de 50% (cinquenta por cento), incidente sobre o valor liberado e não comprovado.

16. Provisões

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Restauração ambiental (i)	27.047	36.538	18.139
Total Provisões de descontos (ii)	54.055	42.852	33.457
Provisão de mais de 12 meses	81.102	78.450	51.536
Circulante	76.641	65.438	35.943
Não circulante	4.461	14.052	15.753

(i) Restauração ambiental
A provisão ambiental refere-se a projetos de recuperação do solo da sede administrativa da Companhia como também projetos de contingências para tratamento de dejetos.

(ii) Provisão programa de descontos
A provisão de programa de descontos, trata-se de um benefício de descontos concedidos aos usuários de determinadas linhas de medicamentos da companhia.

17. Imposto de renda e contribuição social diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuras elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os valores de provisão são os seguintes:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativo de imposto diferido	-	-	-
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	(69.058)	(65.976)	(31.566)
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	(19.101)	(17.425)	(9.375)
	(88.159)	(83.401)	(40.941)
Passivo de imposto diferido	-	-	-
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de mais de 12 meses	65.901	64.528	32.452
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	16.031	15.646	6.897
	81.932	80.174	39.349
Ativo de imposto diferido (líquido)	(6.227)	(3.227)	(1.592)

(b) Movimentação dos investimentos

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Em 1º de janeiro	53.317	32.851
Resultado de equivalência Patrimonial	5.982	436
Em 31 de dezembro	59.299	33.317

O resultado de equivalência refere-se à controlada Novartis Saúde Animal, já que a controlada Novartis Consumer Health está com suas operações paralizadas até que seja revista as suas diretrizes por parte da administração.

	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Projetos em andamento	Imobilizado total
Veículos	854	9.292	769	177.709	32.961
	1.410	2.564	6.852	13.085	19.937
	(204)	-	(112)	-	(112)
	(146)	-	(146)	-	(1.663)
	180	(767)	7.145	(7.145)	(1.663)
	1.021	9.142	2.566	156.616	38.901
	2.507	20.571	2.566	421.252	38.901
	(1.486)	(11.429)	-	(264.636)	-
	1.021	9.142	2.566	156.616	38.901
	1.021	9.142	2.566	156.616	38.901
	1.021	9.142	2.566	156.616	38.901
	118	1.880	1.012	10.458	11.920
	-	-	-	(1.018)	-
	(2)	-	-	(12)	-
	(11)	-	-	(12)	-
	2.463	(2.555)	29.247	(29.247)	-
	(1.947)	-	(38.011)	-	(38.011)
	621	11.527	1.023	159.280	21.574
	2.068	24.874	1.023	459.221	21.574
	(1.447)	(13.347)	-	(299.941)	-
	621	11.527	1.023	159.280	21.574

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Variação cambial	Ganhos de valor justo	Total
Ativo de imposto diferido	-	-	-
Em 1º de janeiro de 2009	-	16.065	(40.941)
Creditado à demonstração do resultado	(42)	(24.492)	(42.460)
Em 31 de dezembro de 2009	(42)	(8.427)	(83.401)
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	(152)	7.253	(4.758)
Em 31 de dezembro de 2010	(194)	(1.174)	(88.159)

	Variação cambial	Outros	Total
Passivo de imposto diferido	-	-	-
Em 1º de janeiro de 2009	34.488	4.861	39.349
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	41.804	(979)	40.825
Em 31 de dezembro de 2009	76.292	3.882	80.174
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	1.891	(133)	1.758
Em 31 de dezembro de 2010	78.183	3.749	81.932

A companhia irá realizar o seu diferido a medida que as suas despesas/receitas sejam realizadas no período. Em 2011 prevê uma realização líquida do diferido de R\$ 3.070. Para os demais valores estimamos que sejam realizados em 60% até 2016. Em 2010 os créditos foram assim compostos:

	Valor do Crédito	Valor do Passivo (ativo/passivo)
Variação cambial	(570)	(194)
Provisões	(258.698)	(87.954)
FGTS lei complementar 110/01	(33)	(11)
Total ativo diferido	(269.291)	(88.159)
Variação cambial	230.522	78.978
Reserva especial	10.454	3.554
Total passivo diferido	240.976	81.932
Total imposto diferido líquido	(18.315)	(6.227)

18. Obrigações de beneficiários de aposentadoria

(a) Fundo de pensão
A Companhia constituiu em 1988, a Previ Novartis, entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos tendo por finalidade a administração e execução de planos de previdência previdenciários aos empregados da Companhia, e sua contribuição de cada colaborado e de outras que venham a participar dos planos por ela administrados. A Companhia e suas sociedades investidas são patrocinadoras da Fundação em dois diferentes planos de benefícios:

(b) Planos de benefícios
Plano A - CNBP 19.970.013-65
Plano de contribuição variável, em extinção desde 26 de fevereiro de 2002, portanto fechado para novas adesões, continua mantido apenas para os participantes assistidos e para alguns antigos dependentes, em caráter residual.

(c) Plano D - CNBP 20.020.001-74
Contingência beneficiários programáveis de renda para aposentadoria, do tipo contribuição definida, desvinculadas da Previdência Social.

(iii) Hipóteses financeiras

- Taxa real anual de juros: 5%
- Projeção do crescimento real de salário: 3%
- Projeção do crescimento real do benefício do INSS: 0%
- Projeção do crescimento real dos benefícios do plano: 0%

(iv) Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:

- Salários: 100%
- Benefícios do plano: 100%
- Benefícios do INSS: 100%

(v) Hipóteses biométricas

- Tábua de Mortalidade Geral: AT - 2000 Basic, segregada por sexo
- Tábua de Mortalidade de Invalídios: RRB - 1983
- Tábua de Entrada de Invalídios: RRB - 1944 modificada
- Tábua de Rotatividade: Nula

(vi) Forma dos Benefícios
Renda Vitalícia
Rendas Financeiras
Percentual do Saldo
Percentual Fixo
Valor Determinado

(c) Contribuições
Durante o exercício findo em 2010, a Companhia efetuou contribuições no montante de R\$ 10.442 (R\$ 10.941 em 2009) para custeio dos planos de benefícios. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não existiam déficits a serem cobertos pelas patrocinadoras.

19. Capital social e reservas
(a) Capital integralizado
O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é representado por 255.769.213 ações ordinárias, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

(b) Reserva de capital - correção monetária especial
A realização dessa reserva, ocorre com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens. Essas movimentações tem como contra partidas contas patrimoniais no grupo de depreciações acumuladas.

(c) Reserva legal
A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(d) Reserva de lucros
A reserva de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados a

fim de atender ao plano de investimentos.

(e) Juros sobre o capital próprio
Em 2010 foi constituído juros sobre capital próprio de R\$ 12.339 dos quais R\$ 8.775 corresponde a juros calculados de janeiro a agosto de 2010 que foi pago conforme AGE de 05 de outubro de 2010. E o valor de R\$ 3.564 permaneceu no patrimônio líquido até a sua aprovação na AGE que ocorrerá em 2011. Em 2009 foi constituído juros sobre capital próprio de R\$ 8.015, este montante foi pago conforme AGE de 05 de outubro de 2010. Em 1º de janeiro 2009 foi constituído juros sobre capital próprio de R\$ 16.280, deste montante R\$ 4.946 foi pago em AGE de 15 de maio de 2008 que refere-se ao período de 01 de janeiro à 31 de março de 2008 e o valor de R\$ 11.335 foi pago em AGE de 17 de novembro de 2008.

(f) Dividendos propostos
O estatuto social estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 1% sobre os lucros do exercício após constituição da reserva legal. O valor de dividendos adicionais propostos para 2010 é no valor de R\$ 78.654, a ser aprovado pela administração em Assembléia Geral Ordinária de 30.04.2011. A Companhia não distribuiu dividendos no exercício findos em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, por não apresentar lucros acumulados e nem resultados positivos no período.

20. Receita
A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2010	2009
Receita da venda de produtos e serviços	-	-
Mercado interno	3.036.776	2.643.231
Mercado externo	121.438	95.825
	3.158.214	2.739.056

Deduções da receita bruta
Impostos sobre vendas
Deduções de vendas

	2010	2009
Impostos sobre vendas	(137.133)	(127.974)
Deduções de vendas	(1.134.010)	(857.640)
	1.887.071	1.753.442

21. Outras perdas líquidas
Perdas cambiais líquidas com contratos a termo de câmbio

	2010	2009
	(25.291)	(134.442)
	(25.291)	(134.442)

22. Outras receitas
Receitas de aluguéis de bens patrimoniais
Receitas com reembolsos de pesquisas clínicas
Receitas com provisões jurídicas
Receitas com provisão ambiental
Outras receitas e despesas

	2010	2009
	3.093	6.323
	29.979	14.482
	15.900	-
	9.500	-
	7.319	9.088
	65.881	29.893

23. Despesas gerais e administrativas
Despesas depreciação/ amortização
Despesas pessoal
Honorários, consultorias e assessorias
Despesas operacionais diversas

	2010	2009
	31.236	36.091
	160.209	120.700
	21.374	19.089
	40.853	25.832
	253.672	201.712

24. Receita e despesas financeiras
Despesa financeira
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 33)
Despesas bancárias
Empréstimos terceiros
Outras despesas
Total do custo financeiro

	2010	2009
	(21.150)	(23.909)
	(898)	(766)
	(732)	(56)
	(472)	(665)
	(23.252)	(25.396)

Receita financeira
Ganhos cambiais, líquidos
Juros recebidos
Outras receitas financeiras
Receita financeira de empréstimos para partes relacionadas (Nota 33)

	2010	2009
	15.892	172.399
	589	2.023
	1.143	4.454
	2.141	3.742
	19.765	182.618
	(3.487)	157.272

25. Despesa de imposto de renda e contribuição social
O imposto sobre o lucro da Companhia, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada. A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2010	2009
Imposto antes do imposto	245.096	19.967
Lucro calculado com base em alíquotas da legislação	83.333	6.789
Resultados de subsidiárias por equivalência patrimonial	(2.034)	(148)
Juros sobre capital próprio	(4.195)	(2.725)
Despesas não dedutíveis	3.120	2.046
Impostos fiscais	(3.660)	(2.511)
Outros ajustes	(3.195)	-
Encargo fiscal	(73.969)	3.451

26.